

Planejar - Associação
Brasileira de
Planejadores
Financeiros

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Assurance Services Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Planejar – Associação Brasileira de Planejadores Financeiros
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Planejar - Associação Brasileira de Planejadores Financeiros ("Planejar"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Planejar - Associação Brasileira de Planejadores Financeiros em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Planejar, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é

responsável pela avaliação da capacidade da Planejar continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Planejar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Planejar são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Planejar.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Planejar. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Planejar a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de março de 2020

KPMG Assurance Services Ltda.

CRC 2SP023228/O-4



Silbert Christo Sasdelli Junior

Contador CRC 1SP230685/O-0

Planejar - Associação Brasileira de Planejadores Financeiros

Balancos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

em 31 de Dezembro 2019 e 2018

(Valores em Reais)

Ativo	Nota explicativa	2019	2018	Passivo	Nota explicativa	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.483.189	8.337.043	Fornecedores	11	475.227	494.469
Contas a receber	5	1.911.149	954.947	Adiantamento de clientes	14	414.926	153.507
Adiantamentos diversos	6	<u>99.902</u>	<u>9.001</u>	Impostos a recolher	10	111.227	60.789
				Encargos e obrigações trabalhistas	13	<u>159.009</u>	<u>155.679</u>
		<u>12.494.240</u>	<u>9.300.991</u>			<u>1.160.388</u>	<u>864.444</u>
Não circulante				Não circulante			
Depósito Judicial	12	2.321.995	1.795.577	Provisão para riscos fiscais	12	2.492.314	1.898.937
Garantias e Cauções	7	37.260	37.260			<u>2.492.314</u>	<u>1.898.937</u>
Imobilizado	9	77.870	90.854				
Intangível	9	<u>1.410</u>	<u>1.410</u>	Patrimônio líquido			
		<u>2.438.535</u>	<u>1.925.101</u>	Patrimônio social		8.462.711	6.504.419
				Superávit do Exercício		<u>2.817.360</u>	<u>1.958.292</u>
					15	<u>11.280.071</u>	<u>8.462.711</u>
Total do ativo		<u><u>14.932.775</u></u>	<u><u>11.226.092</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>14.932.775</u></u>	<u><u>11.226.092</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Planejar - Associação Brasileira de Planejadores Financeiros

Balancos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Valores em Reais)

		2019	2018
Receita operacional líquida	16	<u>11.442.795</u>	<u>8.523.047</u>
Receitas e despesas operacionais			
Pessoal	17	(1.180.827)	(1.100.639)
Despesas administrativas e gerais	18	(2.317.328)	(2.113.951)
Provisão para riscos fiscais	12	(501.009)	(310.237)
Despesas de serviços contratados	19 a.	(4.694.114)	(3.242.324)
Despesas com tributos	19 b.	(111.016)	(95.255)
Depreciação e Amortização	9 c.	(17.688)	(26.145)
Outras despesas e receitas operacionais	20	<u>(319.695)</u>	<u>(127.355)</u>
		<u>(9.141.677)</u>	<u>(7.015.906)</u>
Resultado financeiro líquido			
Resultado financeiro líquido	21 e 22	<u>516.241</u>	<u>451.152</u>
		<u>516.241</u>	<u>451.152</u>
Superávit do exercício		<u><u>2.817.360</u></u>	<u><u>1.958.292</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Planejar - Associação Brasileira de Planejadores Financeiros

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Valores em Reais)

	2019	2018
Superávit líquido dos exercícios	<u>2.817.360</u>	<u>1.958.292</u>
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Superávit abrangente	<u>2.817.360</u>	<u>1.958.292</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Planejar - Associação Brasileira de Planejadores Financeiros

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Balancos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

em 31 de Dezembro 2019 e 2018

(Valores em Reais)

	Nota explicativa	Patrimônio social	Superávit	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>4.531.818</u>	<u>1.972.601</u>	<u>6.504.419</u>
Transferência para o patrimônio social		1.972.601	(1.972.601)	
Superávit do exercício	15		<u>1.958.292</u>	<u>1.958.292</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018		<u>6.504.419</u>	<u>1.958.292</u>	<u>8.462.711</u>
Transferência para o patrimônio social		1.958.292	(1.958.292)	
Superávit do exercício	15	-	<u>2.817.360</u>	<u>2.817.360</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	15	<u>8.462.711</u>	<u>2.817.360</u>	<u>11.280.071</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Planejar - Associação Brasileira de Planejadores Financeiros

Demonstrações dos Fluxos de Caixa de 2019 e 2018 em 31 de Dezembro 2019 e 2018

(Valores em Reais)

	Notas explicativas	2019	2018
Superávit do exercício		2.817.360	1.958.292
Ajuste por:			
Depreciação e amortização	9 c.	17.688	26.145
Provisão para crédito de liquidação duvidosa e baixa para prejuízo	20	(332.712)	173.360
Atualização dos depósitos judiciais e provisões para riscos fiscais	22	1.733	1.565
Provisão para riscos fiscais	12	(501.009)	310.237
		<u>2.003.060</u>	<u>2.469.599</u>
Redução/(aumento) nos ativos operacionais			
Varição clientes a receber		(623.490)	(470.261)
Varição depósitos judiciais		(526.418)	(376.169)
Varição adiantamentos diversos		(90.902)	(6.838)
Varição adiantamentos a funcionarios			
(Redução)/aumento nos passivos operacionais			
Varição impostos a recolher		50.438	992
Varição fornecedores		(19.242)	446.880
Varição adiantamento de clientes		261.419	88.260
Varição encargos e obrigações trabalhistas		3.330	(145.123)
Varição das obrigações fiscais		1.092.653	75.880
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		<u>2.150.849</u>	<u>2.083.220</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	9 b.	(4.704)	(46.640)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(4.704)</u>	<u>(46.640)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>2.146.146</u>	<u>2.036.580</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	8.337.043	6.300.463
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	<u>10.483.189</u>	<u>8.337.043</u>
Varição do caixa e equivalentes de caixa no exercício		<u>2.146.146</u>	<u>2.036.580</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores em Reais)

1 Contexto operacional

A Planejar - Associação Brasileira de Planejadores Financeiros é uma entidade criada em novembro de 2016 anteriormente denominada Instituto Brasileiro de Certificação de Profissionais Financeiros – IBCPF (fundado em maio de 2000 por iniciativa de profissionais da área financeira), com endereço de sua sede na Rua Joaquim Floriano, 1.120 – 6º andar, São Paulo/SP, Cep.: 04.534-004. É uma entidade de autorregulação, não governamental e sem fins lucrativos, tem o papel de implantar, certificar e controlar a atividade de planejador financeiro pessoal, necessária ao atendimento de uma demanda crescente da população brasileira, assim como de representar os profissionais de planejamento financeiro perante o mercado, governo e sociedade.

Possui os seguintes objetos sociais:

- a.** A certificação de indivíduos pessoas físicas, mediante o atendimento de determinados critérios de educação, conhecimento profissional, experiência, fundamentos éticos e demais critérios verificados por exame e outras formas de avaliação;
- b.** A promoção, o desenvolvimento e estabelecimento de processos, modelos e padrões de excelência profissional para profissionais que se dedicam à atividade de planejamento financeiro pessoal, em conformidade com critérios próprios adotados por organizações semelhantes em outros países, de forma a adequá-los às características culturais específicas brasileiras;
- c.** Apresentação e promoção de princípios e habilidades profissionais, objetivando o benefício do público em geral, por meio da atuação dos planejadores financeiros pessoais (“Planejadores Financeiros”);
- d.** Representar os interesses de seus associados perante organismos governamentais e autoridades responsáveis pela regulamentação de legislações pertinentes, bem como atuar visando o reconhecimento do profissional Planejador Financeiro junto às autoridades governamentais e regulatórias;
- e.** Informar, divulgar e incrementar junto ao público o conhecimento a respeito da legislação dos produtos e serviços promovidos pelos integrantes do Sistema Financeiro Nacional e da atuação das instituições e indivíduos intermediários, pessoas físicas e jurídicas;
- f.** Promover, amplamente, a divulgação do que seja o processo de planejamento financeiro pessoal (“Processo de Planejamento Financeiro Pessoal”);
- g.** A promoção e cooperação entre a Planejar e organizações ligadas aos mercados financeiro, de capitais, securitário, previdenciário e assemelhados que possam ter relação e interesse com a PLANEJAR, bem como entidades e autoridades governamentais do Brasil e do exterior;

- h.** Participar como sócio, associado e/ou membro de quaisquer outros institutos e/ou associações;
- i.** Promover ou apoiar congressos, seminários, cursos, palestras, associações ou outras entidades de âmbito nacional ou internacional que estimulem e divulguem um maior conhecimento de temas relacionados aos objetivos da PLANEJAR; e
- j.** Desenvolver outras atividades correlatas aos objetivos da PLANEJAR.

A profissão de planejador financeiro certificado surgiu nos Estados Unidos na década de 80. Em 2004, com o crescimento da certificação CFP®, foi criado o **Financial Planning Standards Board - FPSB**, responsável pela divulgação, gerenciamento e controle do uso das marcas CFP fora dos Estados Unidos. Hoje, o FPSB congrega e supervisiona entidades afiliadas de planejamento financeiro em 26 países, com cerca de 181 mil profissionais certificados.

O planejador financeiro Certified Financial Planner - CFP® é um multiespecialista, com visão estratégica e conhecimentos de administração de investimentos, gerenciamento de riscos, previdência complementar, seguros, planejamento financeiro, fiscal e sucessório. O profissional CFP® atua como um consultor, que avalia os objetivos, expectativas e necessidades de cada cliente visando desenvolver, apresentar e executar estratégias de planejamento financeiro adequadas ao perfil do cliente. Por ser multiespecialista, este profissional pode atuar como autônomo ou empregado de grupos financeiros, seguradoras, entidades de previdência complementar e demais áreas do planejamento financeiro pessoal. Para se tornar um profissional certificado e obter o direito de uso da marca CFP®, a Planejar avalia conhecimentos técnicos, formação, experiência profissional e a postura de seus candidatos. Para manter a certificação, este profissional deverá permanecer em contínuo aperfeiçoamento.

A Planejar é o detentor dos direitos sobre as marcas da Certificação Profissional Financeiro (CFP®) no Brasil, através de um acordo assinado por prazo indeterminado, com o *Financial Planning Standards Board - FPSB* americano, que foi criado em 2004 por conta do crescimento da certificação e é responsável pela divulgação, gerenciamento e controle do uso das marcas CFP® fora dos Estados Unidos.

No Brasil, a Planejar é a única entidade afiliada ao FPSB e autorizada a conceder a certificação CFP® para profissionais que atendam aos padrões mundiais desta certificação, resumidos nos 4 E's: Exame, Educação, Experiência profissional e Ética.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de dezembro de 2004, foi aprovada a inclusão da Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, como associada sênior da Planejar, com poderes estatutários para exercer a gestão da Associação e com a missão de promover entre os bancos associados a certificação CFP® e difundir o reconhecimento e credibilidade desta marca no Brasil, especialmente junto à comunidade financeira e o público em geral.

As fontes de recursos para a Associação atingir seus objetivos e a manutenção de suas atividades são provenientes, substancialmente, das contribuições dos associados e as receitas com inscrições de certificação profissional.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando às diretrizes contábeis emanadas da legislação societária, os pronunciamentos técnicos e o Pronunciamento Técnico PME emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela ITG 2002 (R1) em convergência as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros para Pequenas e Médias Empresas, emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) e pela ITG 2002 (R1), emitida em 21 de agosto de 2015 pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que dispõe sobre as entidades sem finalidade de lucros e são apresentadas em Reais.

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis tais como provisão para crédito de liquidação duvidosa, impariment e valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A autorização para emissão dessas demonstrações financeiras foi dada pela administração da Associação em 11 de março de 2020.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

As contribuições com anuidades, demais receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência. Após aprovação em assembleia, o superávit ou déficit do exercício é transferido para a rubrica “Patrimônio Social”.

O superávit apurado está isento da contribuição social e do imposto de renda da pessoa jurídica, uma vez que a Associação caracteriza-se como uma associação civil sem finalidade de lucros.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimentos ou outro propósito. Tem coversibilidade imediata a com vencimento igual ou menor a três meses.

c. Instrumentos financeiros

São compostos substancialmente por: aplicações em cotas de fundos de investimento. São reconhecidos inicialmente como mantidos para negociação, sendo registrados pelo valor justo, com reconhecimento das variações de valores justos diretamente no resultado.

d. Cotas de Fundo de Investimento

As aplicações em cotas de fundo de investimento aberto estão demonstradas ao valor de aplicação atualizado pelo valor da cota na data do balanço fornecido pelo administrador do fundo. Os resultados dessas aplicações são reconhecidos em “rendimento de aplicações financeiras”.

e. Ativo intangível

O intangível é substancialmente composto por marcas e patentes e demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das perdas acumuladas por redução do valor recuperável, (Impairment), se aplicável (nota explicativa nº 9).

f. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda.

g. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis até 12 (doze) meses subsequentes à data dos balanços estão considerados como ativo e passivo circulante, respectivamente. São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. Quando aplicável, é calculado o ajuste a valor presente de operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo.

h. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)

Os títulos a receber são provisionados na razão de 10% do saldo em aberto, exceto para os valores que serão liquidados via cartão de crédito, já que, para estes, a administração entende que não há perdas esperadas. Os títulos serão baixados contabilmente para perdas quando:

- Vencidos há mais de seis meses até R\$15.000 (quinze mil reais);
- Vencidos há mais de um ano acima de R\$15.000 (quinze mil reais) até R\$ 100.000 (cem mil reais); e
- Vencidos há mais de um ano acima de R\$ 100.000 (cem mil reais) desde que iniciados e mantidos os procedimentos judiciais para seu recebimento.

i. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para riscos são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Provisão para risco** - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- **Passivos contingentes** - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- **Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias** - Referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente.
- **Depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo e ajustados mensalmente pela taxa Selic.

j. Patrimônio social

Após deliberação em Assembleia pelos associados, o superávit ou déficit anual é destinado para a formação do patrimônio social.

Nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018 não foi necessário a contabilização de nenhum ajuste por *impairment*.

k. Moeda funcional

A moeda funcional da Entidade é o Real. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

l. Subvenções

As subvenções recebidas pela Associação, são reconhecidas no resultado a medida que transcorra a efetivação dos gastos durante o exercício, conforme critérios definidos no acordo de compartilhamento de custos e despesas com a Anbima.

4 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes são demonstrados por saldos em poder de Banco, em caixa e aplicações financeiras.

	2019	2018
Caixa e bancos	65.135	144.084
Aplicações financeiras (i)	<u>10.418.054</u>	<u>8.192.958</u>
	<u><u>10.483.189</u></u>	<u><u>8.337.043</u></u>

- (i) As aplicações financeiras da Associação refere-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano Referenciado que possui liquidez imediata e diária e DI Fundo Itaú BBA RF Crédito Privado Active FIX 5 FIC FI que possui liquidação em D+5 ambos estão registradas pelo valor da cota divulgada pelo administrador do Fundo.

Os ativos financeiros que compõem a carteira do Fundo estão marcados a valor de mercado, conforme características e regulamento do Fundo e estão substancialmente representados por aplicações no Fundo Itaú Soberano Renda Fixa Simples Longo Prazo Fundo de Investimento em Cotas de Fundos De Investimento, o qual também possui carteira marcada a mercado e apresenta em sua carteira substancialmente operações compromissadas e títulos públicos. As cotas do fundo possuem liquidez diária para resgates e apresentam baixo risco de alterações significativas do respectivo valor justo. O Fundo Itaú BBA RF Crédito Privado Active Fix 5 FIC FI que busca superar o CDI no Longo Prazo, através do investimento em ativos de crédito privado com diversificação de emissores financeiros e não financeiros de baixo e médio risco.

5 Contas a receber

	2019	2018
Anuidades (i)	708.504	494.557
Inscrições de certificação profissional (ii)	668.493	398.288
Inscrições em eventos (iii)	235.739	69.118
Patrocínios - Eventos	187.864	-
Cursos e Treinamentos (iv)	128.643	13.748
Contribuição Associativa Adicional	<u>58.428</u>	<u>-</u>
	<u>1.987.671</u>	<u>975.712</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (v)	<u>(76.523)</u>	<u>(20.765)</u>
	<u>1.911.149</u>	<u>954.947</u>

(i) Saldos de Anuidades cobradas dos Associados no período de janeiro a dezembro de 2019, devido ao reconhecimento de Anuidades PJ e reconhecimento de Anuidades associados plenos aprovados no 32º exame e aos recebimentos parcelados no cartão de crédito representou um aumento de 43,26% em relação ao ano de 2018.

(ii) Inscrições de certificação profissional para o exame completo ou modular em aberto em 2019 referentes ao 31º Exame de Certificação CFP®, realizado dia 28 de abril de 2019 e 32º realizado em 28 de agosto 2019 e 33º realizado em 01 de dezembro de 2019.

(iii) Valores parcelados referentes a inscrições no evento de planejamento financeiro 2019;

(iv) Valores referente a pagamento parcelado de inscrição no curso de planejamento financeiro 2019;

(v) Valores provisionados na razão de 10% sobre o saldo em aberto, desconsiderando todos os recebíveis através de cartão de crédito, conforme nota explicativa nº 3h .

	2019	2018
Saldo inicial	20.765	164.512
Constituições (a)	332.712	173.359
Baixa para prejuízo (b)	<u>(276.954)</u>	<u>(317.106)</u>
Saldo final	<u>76.523</u>	<u>20.765</u>

(a) Reflexo do aumento do saldo de contas a receber em decorrência da realização do 33º exame de certificação em 01 de dezembro de 2019 e a novos associados pleno aprovados no 32º exame de certificação ocorrido em 28 de agosto de 2019 que tiveram as suas anuidades reconhecidas em dezembro de 2019.

Para calcular a provisão é considerado o saldo de contas a receber desconsiderando os recebíveis através de cartão de crédito.

Planejar -- Associação Brasileira de Planejadores Financeiros
Demonstrações financeiras em
31 de Dezembro de 2019 e 2018

	2019				2018			
	Contas a Receber(i)	Recebíveis via Cartão (ii)	Saldo (i – ii)	PCLD	Contas a Receber(i)	Recebíveis via Cartão (ii)	Saldo (i – ii)	PCLD
Anuidades	708.504	393.229	315.275	31.528	494.557	310.067	184.490	18.449
Inscrições de certificação profissional	668.493	666.196	2.297	229	398.288	394.602	3.686	369
Inscrições em eventos	235.739	6.142	229.597	22.960	69.118	54.261	14.857	1.485
Patrocínios - Eventos	187.864	77.324	110.540	11.054	-	-	-	-
Cursos e Treinamentos	128.643	21.121	107.522	10.752	13.749	9.131	4.617	462
	<u>1.929.243</u>	<u>1.164.012</u>	<u>765.231</u>	<u>76.523</u>	<u>975.712</u>	<u>768.062</u>	<u>207.650</u>	<u>20.765</u>

(b) Os valores contabilizados foram apurados conforme os critérios descritos na nota explicativa nº 3h e, no ano de 2019, o saldo de baixa de créditos para perda foi de R\$ 276.954, (R\$ 317.106 em 2018)

	2019	2018
Anuidades	(298.415)	(152.220)
Inscrições de certificação profissional	(31.648)	(66.131)
Inscrições em eventos	(25.594)	(4.186)
Cursos e Treinamentos	(12.830)	(118.902)
Valores Recuperados (c)	91.533	24.333
Total	<u>(276.954)</u>	<u>(317.106)</u>

(c) Refere-se a recebimento (recuperação) de valores contabilizados como Perdas em anos anteriores.

6 Adiantamentos diversos

	2019	2018
Adiantamento a fornecedores	96.934	7.584
Adiantamento de salários	<u>2.968</u>	<u>1.417</u>
	<u>99.902</u>	<u>9.001</u>

7 Garantias e Caução

A rubrica “Garantias e Cauções”, no montante de R\$ 37.260 em 31 de dezembro de 2019 e 2018, refere-se ao pagamento de depósito caução, em vista do Aluguel da nova sede da Associação conforme nota explicativa nº 18.

8 Gerenciamento dos riscos:

- **Risco de Liquidez:** dependendo das condições do mercado, os ativos financeiros podem sofrer diminuição de possibilidade de negociação. Nesses casos, poderá haver descontos ou deságios, prejudicando a rentabilidade de tais ativos.

A Administração entende que a Entidade não está exposta ao risco de liquidez relevante em virtude de não possuir endividamento bancário e o saldo de caixa e equivalentes de caixa serem suficientes para cumprir com todas obrigações atualmente conhecidas e que estão registradas na data do balanço.

- **Risco de Crédito:** as operações estão sujeitas ao risco de crédito (inadimplência ou mora) de seus emissores e contrapartes, hipótese em que poderá (i) ser reduzida a sua rentabilidade, (ii) haver perdas financeiras até o limite das operações contratadas e não liquidadas e/ou (iii) ter de provisionar valorização ou desvalorização de ativos financeiros.

Exposição máxima ao risco de crédito:

Em virtude da Entidade não prestar garantias a terceiros e não operar com derivativos e ativos financeiros de longo prazo, a exposição máxima ao risco de crédito está representada pelo total dos saldos dos ativos financeiros reconhecidos na data do balanço:

	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	10.483.189	8.337.043
Contas a receber	1.911.149	954.947
Adiantamentos diversos	96.934	9.001
Adiantamentos a funcionários	2.968	-
Garantias e Cauções	<u>37.260</u>	<u>37.260</u>
Total	<u>12.531.500</u>	<u>9.338.251</u>

9 Imobilizado e Intangível

a. Bens destinados à manutenção das atividades da Associação

	2019			2018		
	Taxas anuais de depreciação	Custo histórico	Depreciação e amortização acumulada	Líquido	Depreciação e amortização acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	10%	44.688	(19.088)	25.600	(14.159)	30.529
Computadores e periféricos	20%	46.975	(36.850)	10.125	(27.477)	14.794
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	29.518	(1.092)	28.426	(3)	29.515
Máquinas e Equipamentos	10%	20.738	(7.019)	13.719	(4.722)	16.016
Marcas e Patentes		1.410	-	1.410	-	1.410
Software	100%	4.872	(4.872)	-	(4.872)	-
		<u>148.201</u>	<u>(68.921)</u>	<u>79.280</u>	<u>(51.233)</u>	<u>92.264</u>

b. Adições e baixas no Imobilizado e intangível

	2017	2018	2018	2019	2019
	Saldo	Adições	Saldo	Adições	Saldo
Móveis e utensílios	38.821	5.867	44.688	-	44.688
Computadores e periféricos	38.326	3.945	42.271	4.704	46.975
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	29.519	29.519	-	29.519
Máquinas e Equipamentos	13.429	7.308	20.737	-	20.737
Marcas e Patentes	1.410	-	1.410	-	1.410
Software	4.872	-	4.872	-	4.872
	<u>96.858</u>	<u>46.639</u>	<u>143.497</u>	<u>4.704</u>	<u>148.201</u>

c. Movimentação da depreciação e amortização

	2017	2018	2018	2019	2019
	Saldo	Adições	Saldo	Adições	Saldo
Depreciação móveis e utensílios	(6.838)	(7.321)	(14.159)	(4.929)	(19.088)
Depreciação computadores e periféricos	(12.714)	(14.763)	(27.477)	(9.373)	(36.850)
Depreciação benfeitorias em imóveis de terceiros	-	(3)	(3)	(1.089)	(1.092)
Depreciação máquinas e equipamentos	(1.353)	(3.369)	(4.722)	(2.297)	(7.019)

Planejar -- Associação Brasileira de Planejadores Financeiros
Demonstrações financeiras em
31 de Dezembro de 2019 e 2018

	2017	2018	2018	2019	2019
	Saldo	Adições	Saldo	Adições	Saldo
Amortização de software	(4.183)	(689)	(4.872)	-	(4.872)
	<u>(25.088)</u>	<u>(26.145)</u>	<u>(51.233)</u>	<u>(17.706)</u>	<u>(68.921)</u>

10 Impostos e Contribuições a recolher

	2019	2018
ISS sobre o faturamento	102.600	53.053
CSLL/PIS/COFINS retido	4.107	4.456
COFINS a recolher (i)	1.355	1.597
IRRF sobre serviços	680	1.187
INSS sobre serviços	348	334
ISS sobre serviços	173	162
Outros Impostos a Recolher (ii)	1.964	-
	<u>111.227</u>	<u>60.789</u>

(i) COFINS sobre rendimento de aplicação financeira.

(ii) Outros Impostos é referente aos tributos incidentes sobre a inscrição de alguns membros da PLANEJAR no evento FPA Annual Conference – Minneapolis 2019 International registration Form.

11 Fornecedores

	2019	2018
Fundacao Carlos Chagas	144.673	97.275
S/A O Estado De S.Paulo	64.792	-
Pensando Wow Corretora D E Seguros	80.000	33.000
Studiorama Design E Tecnologia Ltda	22.524	-
Ll Consulting Ltda	22.000	120.000
Fatura Itaucard	19.532	25.255
Aman Publicidade Ltda	18.000	-
Yunes - Participacao, A Ministracao	14.130	13.668
Mitsumi Tecnologia De Informatica Societ	13.632	13.139
Mr Comunicacao E Assessoria Ltda	10.500	-
Beeby S Gourmet Ltda - Me	10.350	-
Opice Blum, Bruno, Abrus Io E Vainzof Adv	7.860	-
BR Invest Consultoria Empresarial	5.000	-
Linksearch Serviços de Informática	4.500	-
Peers Consultoria e Serviços Ltda	-	60.000
Mind – movimento, infor, desenv, cursos e palestras Ltda	-	30.000
RHR Gestão e negócios Ltda - EPP	-	12.926
Mkt Virtual Serviços Digitais Eireli	-	11.332
Rnardini Educare Certificação e Treinamento	-	8.048
Tobias Maag	-	7.381

	2019	2018
Outros a pagar	<u>37.734</u>	<u>62.445</u>
	<u><u>475.227</u></u>	<u><u>494.469</u></u>

12 Provisão para riscos fiscais e depósito judicial

Entre os processos judiciais que envolvem a Associação, há processos de natureza fiscal. Os valores de provisão e respectivos depósitos judiciais estão demonstrados como segue:

COFINS - A Associação detém em andamento processo (nº 2010.03.00.001480-4) no Foro TRF3 - 3ª turma, no qual tem como objeto o Mandado de Segurança para assegurar o direito líquido e certo do impetrante ao não recolhimento da COFINS, inclusive em relação às receitas provenientes da prestação de serviços aos associados.

Os assessores jurídicos da Associação acreditam que a probabilidade de perda no processo é possível, porém a administração entende que pode haver questionamentos sobre a causa, o que pode gerar desembolsos futuros e, desta forma, decidiu manter registrada a provisão para contingências.

Seguindo orientação dos seus assessores jurídicos, a Associação deliberou pela efetivação do depósito judicial do montante integral da COFINS, devidamente atualizado, referente aos últimos cinco anos. A partir desta data, mensalmente, a Associação apura e efetua os depósitos judiciais da COFINS sobre o faturamento, a alíquota de 7,6%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o montante atualizado dos depósitos judiciais totaliza R\$ 2.321.995 (R\$ 1.795.577 em 2018). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o montante atualizado da provisão para riscos fiscais provisão sobre a COFINS totaliza R\$ 2.492.314 (R\$ 1.898.937 em 2018).

A Associação Brasileira de Planejadores Financeiros - Planejar não detém outras contingências além das anteriormente divulgadas.

A movimentação do ativo e passivo seguem demonstradas abaixo:

Movimentação da provisão para riscos fiscais

	Fiscal	
	2019	2018
Saldo Inicial	<u>1.898.937</u>	<u>1.511.255</u>
Constituição no exercício (i)	501.009	310.237
Atualização Selic	92.368	77.445
Saldo final	<u><u>2.492.314</u></u>	<u><u>1.898.937</u></u>

(i) Refere-se ao montante das provisões da COFINS sobre o faturamento no ano de 2019.

Movimentação dos depósitos judiciais

	Fiscal	
	2019	2018
Saldo inicial	1.795.577	1.419.407
Constituição no exercício	435.782	300.289
Atualização Selic	90.636	75.881
Saldo final	2.321.995	1.795.577

13 Encargos e obrigações trabalhistas

	2019	2018
Remuneração fixa e variável	118.565	91.061
Encargos sobre a remuneração	40.444	64.617
	159.009	155.678

14 Adiantamento de clientes

A rubrica “adiantamento de clientes” registra, em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 414.926 (R\$ 153.507 em 2018) que se refere, a valores de inscrições em eventos, curso de planejamento financeiro, inscrições em exames que serão transferidos para contas a receber após a emissão da nota fiscal nos meses subsequente de acordo a data de realização de cada evento.

15 Patrimônio líquido

A composição do capital social da Associação é o seguinte:

	2019	2018
Patrimônio líquido inicial	8.462.711	6.504.419
Superávit do exercício	<u>2.817.360</u>	<u>1.958.292</u>
Patrimônio líquido	11.280.071	8.462.711

16 Receitas operacionais

	2019	2018
Anuidades associativas (i)	4.765.520	3.985.015
Inscrições de certificação (ii)	4.732.159	2.850.680
Patrocínios (iii)	757.380	365.600
Cursos e Treinamentos (iv)	664.776	580.228
Inscrição em eventos e seminários (v)	423.787	431.110
Suspensão Temporária da certificação (vi)	1.800	600
Credenciamento e registro de cursos preparatórios (vii)	900	39.765
Receitas com Subvenção para custeio - Contribuição associativa adicional (viii)	<u>387.554</u>	<u>465.787</u>
Receitas Operacionais Brutas	11.733.876	8.718.785
Impostos sobre o faturamento – ISS	<u>(291.081)</u>	<u>(195.738)</u>
Receitas operacionais líquidas	<u>11.442.795</u>	<u>8.523.047</u>

- (i) Anuidades cobradas dos associados;
- (ii) Inscrição completa e modular referente ao 31º Exame de Certificação CFP® realizado dia 28 de abril, 32º Exame de Certificação CFP® realizado em 28 de agosto 2019 e 33º Exame de Certificação CFP® realizado em 01 de dezembro;
- (iii) Valor referente a patrocínio no congresso de planejamento financeiro;
- (iv) Inscrição para participação de curso de planejamento financeiro 2019;
- (v) Taxas cobradas pela inscrição dos participantes em eventos, seminários e workshofp's promovidos e organizados pela Associação;
- (vi) Taxa cobrada referente a suspensão da certificação de um profissional por um determinado período;
- (vii) Taxas cobradas das instituições de ensino pelo registro dos cursos preparatórios para os exames CFP®;
- (viii) Contribuição associativa adicional feita pela Anbima, conforme nota explicativa nº 23b.

17 Despesas com pessoal

	2019	2018
Despesas com remuneração fixa e variável	588.692	626.272
Despesas com benefícios	308.981	236.218
Despesas com encargos sobre a remuneração	283.154	238.149
	<u>1.180.827</u>	<u>1.100.639</u>

18 Despesas administrativas e gerais

	2019	2018
Contribuições a entidades de classe e associações (i)	883.864	601.147
Despesas com eventos (ii)	751.938	838.692
Despesas com imóveis (iii)	355.397	241.582
Despesas com cobrança (iv)	155.940	131.434
Despesas com reunião (v)	58.275	74.430
Despesas com tarifas	30.639	10.737
Despesas com viagens (vi)	8.259	18.185
Manutenção e conservação de bens (vii)	2.393	50.394
Outras despesas administrativas e gerais	70.623	147.350
	<u>2.317.328</u>	<u>2.113.951</u>

- (i) Refere-se substancialmente ao pagamento para - Financial Planning Standards Board, pelo direito de uso da marca CPF no Brasil no ano de 2018 um total de 3.409 planejadores financeiros certificados e em 2019 um total de 4.001 planejadores financeiros certificados; (ii)
- (ii) Refere-se substancialmente a contratação de prestadores de serviços e locações de espaços físicos para a realização dos eventos promovidos pela Associação;
- (iii) Refere-se a todas as despesas para manter o espaço físico da Associação onde a sede da PLANEJAR está situada, aluguel, condomínio, serviço de limpeza, IPTU, estacionamento, serviços de telecomunicação, luz, paisagismos e outros como material de higiene e consumo; (iii)
- (iv) Refere-se a despesas com cobrança devido a nova política de pagamento parcelado por meio de cartão de crédito;
- (v) Refere-se a despesas com reuniões de diretoria e embaixadores da marca FPSB em 2019;
- (vi) Refere-se a substancialmente a despesas com viagens para a diretoria e superintendência da Associação para participação na Conferência do FPA - Financial Plannig Association;
- (vii) Refere-se à contratação de serviços/despesas para a sede da Associação.

19 Despesas:

a. Com serviços contratados

	2019	2018
Assessoria de certificação (i)	1.406.299	1.227.373
Assessoria e consultoria em geral (ii)	2.652.836	883.782
Consultoria em informática	236.685	330.105
Publicidades	131.331	304.853
Assessoria jurídica	125.716	28.454
Consultoria em marketing	46.311	339.786
Serviços gráficos	6.145	29.616
Outras despesas	88.791	98.355
	<u>4.694.114</u>	<u>3.242.324</u>

- (i) Refere-se às despesas com a aplicação dos exames de certificação, realizados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, principalmente com os pagamentos realizados a Fundação Carlos Chagas no valor de R\$ 1.216.908 (em 2018 R\$ 966.730), desenvolvimento de questões “RHR Gestão R\$ 160.539 (em 2018 R\$ 171.110), “Dian Pantaroto” R\$ 10.210 e outros R\$ 18.642 ;
- (ii) Refere-se a valores referente a contratos com os fornecedores

Assessoria e Consultoria Geral	2019	2018
Pensando Wow Corretora	817.660	213.000
Aman Publicidade	572.855	-
Companhia Rio Bonito Comunicacoes	323.450	-
LL Consulting	264.000	142.000
Mitsumi Tecnologia	174.300	-
Heinze E Associados	75.000	-
Producoes Audiovisuais	67.600	-
O Estado De S.Paulo	64.792	-
Sompur Sao Paulo	48.960	-
Fatima Teixeira	45.400	-
Capacitat Marketing	43.100	-
Agmkt	28.920	-
Wilian Cezar	22.867	-
Perrone Grafica	21.448	-
Liv Agenciamento	12.240	-
Radio E Televisao Bandeirantes	10.080	-
Fatura Itaucard	11.733	25.255
Mind – Movimento, Informação, Desenvolv.	-	330.000
Peers Consultoria e serviços Ltda	-	60.000
Mercer Human Resource Consulting Ltda	-	40.816
Outros	48.431	72.711
Total	<u>2.652.836</u>	<u>883.782</u>

b. Com tributos

	2019	2018
IRRF sobre aplicações financeiras	86.449	76.347
COFINS sobre aplicações financeiras	24.233	17.329
Outros impostos e taxas	334	1.579
	<u>111.016</u>	<u>95.255</u>

20 Outras despesas e receitas operacionais

	2019	2018
Baixa de créditos para perdas (i)	276.954	317.106
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (ii)	55.758	(143.746)
Restituição de valores faturados	599	14.329
Outras receitas	(13.516)	(60.333)
	<u>319.695</u>	<u>127.355</u>

(i) Refere-se a valores vencidos a mais de seis meses e não recebidos conforme descrito na nota explicativa nº 5b.

(ii) Refere-se a 10% do saldo do contas a receber 2019 R\$ 76.523 (2018 R\$ 20.765) desconsiderado recebíveis por meio de cartão de crédito conforme descrito na Nota explicativa nº 5a.

21 Receitas financeiras

	2019	2018
Rendimento de Aplicações financeiras	491.203	433.228
Juros recebidos	22.657	21.957
Outras receitas financeiras	9.353	2.722
	<u>523.213</u>	<u>457.907</u>

22 Despesas financeiras

	2019	2018
Atualização Selic s/ depósito judicial e provisões (i)	1.733	1.565
Juros e multas	3.371	3.073
Descontos concedidos	354	440
Outras despesas financeiras	1.514	1.677
	<u>6.972</u>	<u>6.755</u>

(i) Registra a atualização do depósito judicial da COFINS no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, sendo receita no valor de R\$ 90.636 (nota explicativa nº 12) e despesa de atualização de provisões para contingências fiscais no valor de R\$ 92.369 (nota explicativa nº 12) e no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, sendo receita no valor de R\$ 75.880 (nota explicativa nº 11) e despesa de atualização de provisões para contingências fiscais no valor de R\$ 77.445(nota explicativa nº 11).

23 Partes relacionadas

a. Diretos

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, a Associação detém como parte relacionada a Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, estatutariamente classificado na categoria de associado sênior, o qual lhe confere os direitos:

- votar nas Assembleias Gerais da Planejar;
- apresentar sugestões à Diretoria Executiva;
- requerer a convocação da Assembleia Geral nas formas previstas no Estatuto da Planejar;
- retirar-se da Planejar;
- indicar 10 (dez) dos 18 (dezoito) representantes a cargos de Diretoria;
- nomear com exclusividade o presidente e o vice-presidente do Conselho de Ética e;
- vetar deliberações da Assembleia Geral que versem, direta ou indiretamente, sobre o objeto social, a administração da Associação e seus órgãos, criação de novas classes ou modificação das classes de associados existentes, contribuições, liquidação e auditoria da Associação.

b. Receita e Despesas com Subvenção

Em 1º de Janeiro de 2017, a Associação formalizou o Termo de Compromisso de Contribuição Associativa Adicional com a Anbima, onde as partes reconhecem que o presente Termo representa a intervenção temporária, da Anbima em auxiliar o desenvolvimento do mercado financeiro e de capitais. Caso a Planejar ainda não possua presença e conhecimentos sólidos e consolidados no mercado quando do decurso do prazo do presente Termo, que tem validade até 31 de dezembro de 2019, que poderá ser revista. A Contribuição Associativa Adicional estará limitada, no máximo, R\$ 900.000 por ano, podendo ser paga em recursos financeiros ou deduzida, pro rata, do valor devido pela Planejar à Anbima, consoante Acordo de Compartilhamento de Custos e Despesas firmado em 1º de Agosto de 2014.

A Associação formalizou acordo de compartilhamento de custos e despesas com a Anbima em 1º de Agosto de 2014, onde constam todos para os critérios de rateio e demais premissas para este ressarcimento de despesas incorridas pela Associação que passou a contribuir apenas com gestão administrativa, financeira, contábil e operacional, que totalizou um gasto R\$ 512.446 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 434.213 em 2018).

24 Remuneração da Administração

A Planejar é uma Associação sem fins lucrativos e por esta razão não tem finalidade de lucro e também não remunera o corpo diretivo composto por: Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Conselho de Normas Éticas, ou seja, não há previsão estatutária via assembleia geral e ordinária sobre deliberação no tocante a remuneração da Administração.

25 Instrumentos financeiros derivativos

A Associação não operou com Instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.

26 Cobertura de seguros

A Associação não possuía contratos de seguros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.